



Seminário URBFVELAS 2016
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: ARQUITETURA E COMUNIDADE NA POLÍTICA
PÚBLICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Caio Santo Amore (FAUUSP / Peabiru tca) - caiosantoamore@gmail.com

Professor Doutor do Departamento de Tecnologia da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP / Arquiteto e urbanista da Peabiru

ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social¹

II **URBFAVELAS** — **ST** 4:
Dimensões emergentes nas intervenções em favelas e seus rebatimentos sobre a urbanização e regularização: buscando novos modelos de ações universais e articuladas

resumo

O presente texto trata da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social enquanto um campo de trabalho interdisciplinar, muito embora com ênfase na atuação do profissional de arquitetura e urbanismo, em planos, projetos e obras de provisão, melhorias e requalificações habitacionais, bem como em urbanização de favelas e assentamentos precários, mas que contam com a participação da comunidade ou do futuro morador no processo. Discutem-se inicialmente as matrizes da “assistência” e da “assessoria”, passando por um breve histórico sobre essa prática que ainda é excepcional e pelas lacunas na formação acadêmica e profissional. Alguns apontamentos sobre a política habitacional recente são apresentados, chamando a atenção para os descompassos e distanciamentos entre as ações e as realidades dos ditos “beneficiários” dessas políticas. Ao final, são indicados campos de atuação que permitiriam uma observação mais atenta das necessidades habitacionais da maior parte da população e, conseqüentemente, formação e ações públicas mais assertivas, que se proponham a enfrentar os problemas da cidade real.

¹ Esse texto foi redigido como um texto base para as Oficinas de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), uma realização da [informações omitidas para preservação do anonimato da autoria] com patrocínio do CAU-SP e da Caixa Econômica Federal. Procura consolidar discussões que antecederam a realização dessas oficinas em 6 cidades-polo do estado de São Paulo entre os meses de novembro de 2015 e maio de 2016 e contou com a colaboração direta da equipe que esteve à frente da organização dos eventos: [informações omitidas para preservação do anonimato da autoria]

assessoria ou assistência?

O “pai dos burros²” nos ensina que entre os significados do verbo “assessorar” está presente a noção de prestar serviços especializados. Assistir, ou dar assistência, tem, em geral, um sentido de atendimento a pessoas ou grupos incapazes, que não dispõem de meios para satisfazer certas necessidades. No campo da habitação de interesse social, e mais especificamente na atuação dos arquitetos e urbanistas, os termos “assessoria” e “assistência” técnicas são usualmente colocados em oposição e geram polêmica. “Não é ajuda, é trabalho!”, “não vou consertar geladeira!”, dizem os auto denominados assessores técnicos, colocando a noção de assistência numa espécie de patamar inferior, com o tom pejorativo do assistencialismo e por tomar as pessoas e famílias “beneficiárias” como “incapazes”, sujeitos passivos que receberiam os serviços de arquitetura e urbanismo como uma cesta básica, um sopão ou um cobertor. A assessoria teria um caráter mais “profissional”, onde pessoas e famílias são “participantes”, “protagonistas”, contratantes dos serviços. Por outro lado, os defensores da assistência técnica, em geral reconhecendo as virtudes do trabalho de assessoria, entendem que a organização da população de baixa renda e que vive em condições precárias em associações ou movimentos sociais não pode ser a condição para o atendimento pelos serviços do arquiteto e urbanista, não pode limitar o direito ao serviço, entendido como parte do próprio direito à moradia.

A polêmica tem endereço. Trata-se de um incômodo que arquitetos e urbanistas paulistanos com histórica atuação nesse campo manifestam desde que o assunto ganhou escala nacional nos anos 2000. O Estatuto da Cidade aponta a “assistência técnica e jurídica gratuita a comunidades e grupos menos favorecidos” como um dos instrumentos da política urbana³. Apoiados nisso, ao longo daquela década, entidades profissionais da arquitetura e engenharia empreenderam uma luta institucional intensiva para aprovação da lei federal que “assegura às famílias de baixa renda o direito a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”⁴. Isto é, o termo “assistência” prevaleceu no campo legislativo que consolidou o direito aos serviços de arquitetura e engenharia para habitação de interesse social na legislação federal.

Essa constatação revela duas matrizes no contexto nacional; duas formas de enfrentar o problema que são tão diversas quanto complementares. No município de São Paulo, pode-se imputar ao programa de construção por mutirão com autogestão que foi implementado em 1989 a preferência pelo termo “assessoria”. O famoso “tripé” inspirado na experiência das cooperativas uruguaias, formado pelo (1) Poder Público, (2) Associação dos futuros moradores e (3) Equipe de assessoria técnica, estruturava o programa, sendo que a contratação da terceira parte era uma decisão autônoma da segunda: beneficiários/trabalhadores faziam a gestão dos recursos financeiros e das obras, eram os contratantes diretos, clientes dos profissionais (arquitetos e urbanistas, engenheiros, técnicos sociais).

² Verbete *Assessorar* no dicionário Michaelis: “Auxiliar tecnicamente, em assuntos especializados”; no dicionário Houaiss: “prestar a (alguém) serviço de assessor especializado em (determinado assunto)”.
Verbetes *Assistência* no dicionário Michaelis: “Ajuda, amparo, auxílio; favor, proteção; socorro”; no dicionário Houaiss: “ato ou efeito de proteger, de amparar, de auxiliar” ou “fato de uma pessoa relativamente incapaz ser acompanhada, na prática dos atos da vida civil, por quem legalmente lhe supre a deficiência”.

³ Alínea *r* do inciso V – institutos jurídicos e políticos – do artigo 4º, seção I do capítulo II da lei federal 10.257/2001.

⁴ Artigo 1º da lei federal 11.888/2008

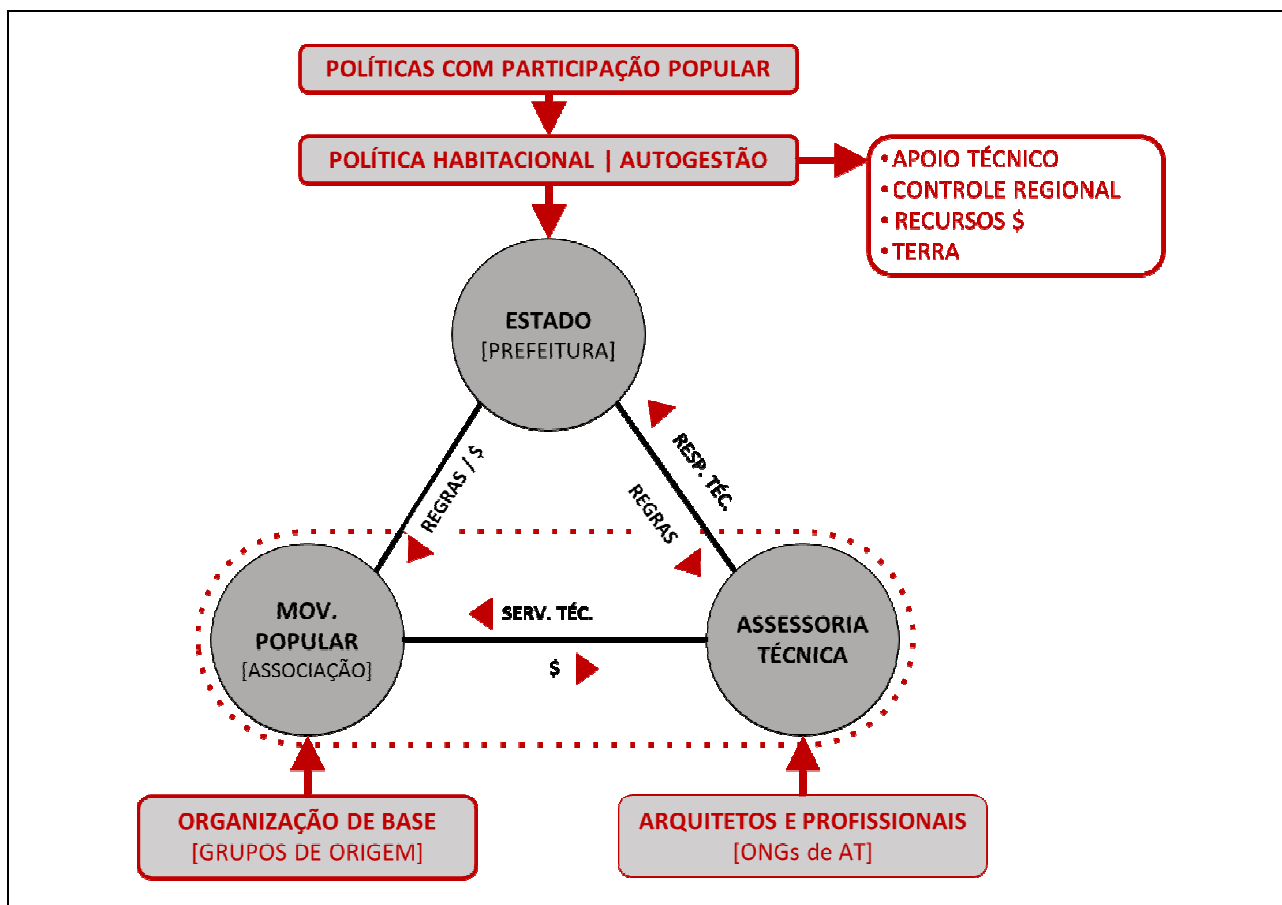


Fig.1 O tripé da autogestão, segundo vários autores que estudaram o programa de mutirão com autogestão em São Paulo, elaborado e adaptado no contexto da pesquisa sobre o PMCMV-Entidades no estado de São Paulo, desenvolvida pelo IAU-USP e pela assessoria técnica Peabiru.

O programa paulistano, referência para muitos estudos acadêmicos e para políticas públicas habitacionais que se seguiram, resultou de um “encontro” entre técnicos e acadêmicos que, pelo menos desde os anos de 1970, foram prestar serviços de caráter comunitário nas periferias da metrópole, como funcionários públicos, apoiadores de iniciativas de organizações da Igreja Católica, “assessores” diretos de associações de moradores de favelas e loteamentos de um movimento social ainda incipiente no ocaso do regime autoritário⁵. Das experiências de caráter pontual, passou-se a ações mais institucionalizadas, impulsionadas pelo Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo, pelo Laboratório de Habitação da Escola de Arquitetura das Belas Artes, pela Equipe de Habitação da Vila Comunitária de São Bernardo do Campo e pela iniciativa do engenheiro Guilherme Coelho na Vila Nova Cachoeirinha – todas essas tomadas como embrionárias do programa de mutirão de São Paulo.

No contexto de um inusitado governo municipal de esquerda no fim dos anos de 1980, parte desses técnicos foi ocupar cargos de decisão e formular uma política que colocava as organizações populares, que também viviam um momento de estruturação institucional

⁵ Ver “Formação e prática profissional do arquiteto: três experiências em participação comunitária”. In *Espaço e Debates* n.8, jan-set 1983

no período de redemocratização do país, numa posição de protagonista na gestão das políticas públicas⁶.

É evidente que o movimento desses profissionais “em direção ao povo” e as conquistas que ocorreram no nível das políticas públicas não podem ser tomados isoladamente. As experiências dos arquitetos Acácio Gil Borsoi, no Cajueiro Seco no Recife⁷, ou de Carlos Nelson Ferreira dos Santos⁸, em Brás de Pina no Rio de Janeiro, são anteriores e seminais da relação direta da profissão com as demandas e necessidades habitacionais da população mais pobre e vulnerável, ainda na década de 1960. Nos anos de 1970, de modo semelhante ao que ocorreu em São Paulo, arquitetos em várias partes do país se propuseram a trabalhar diretamente com a população de baixa renda, com o intuito de melhorar a qualidade das moradias produzidas em regime de autoconstrução. A “revisão” do projeto modernista e de provisão habitacional nos países centrais do capitalismo mundial influenciava as agências multilaterais e as políticas nos países do terceiro mundo. O próprio Banco Nacional de Habitação (BNH) instituía programas alternativos como o PROFILURB e o PROMORAR, que incorporavam a prática da autoconstrução ao oferecer uma habitação incompleta (chamados embriões) ou lotes urbanizados.

É no contexto dos programas alternativos do BNH que se organiza em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a publicação Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME), que não chegou a ser implementada e foi fruto da ação do Sindicato dos Arquitetos, do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e do Conselho de Arquitetura e Engenharia (CREA) daquele estado. A presença das organizações da categoria profissional reforça o caráter de atendimento individual e da potencial ampliação do mercado de trabalho para o arquiteto e urbanista, baseada na relação “uma família – um arquiteto – um projeto – uma obra”⁹. É bem provável que a participação do arquiteto Clóvis Ilgenfritz, um entusiasta da assistência técnica, na coordenação da publicação do ATME tenha sido determinante para as conquistas institucionais e legislativas nos anos subsequentes. Vereador em Porto Alegre eleito para quatro mandatos, ao se tornar deputado federal em 2001, ele apresentou um Projeto de Lei à Câmara Federal para instituir um programa em nível federal. O projeto foi assumido em 2003 pelo deputado federal pela Bahia, o arquiteto Zezéu Ribeiro, até que a lei federal 11.888 foi sancionada pelo presidente Lula na véspera do natal de 2008, num ato que foi muito comemorado pelas entidades profissionais.

Mal resumindo, destacam-se, de um lado, a autonomia dos grupos assessorados e equipes técnicas independentes; de outro, o serviço público de arquitetura, o atendimento individual de caráter universal, apesar da focalização nas famílias de baixa renda. Diante desse breve histórico – reconhecendo a ação das entidades da categoria profissional,

⁶ Ver, de Nabil Bonduki, *Habitação e autogestão: construindo territórios de utopia* [Rio de Janeiro: Fase, 1992]; de Reginaldo Ronconi, *Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários com organização da força de trabalho em regime de mutirão: o programa FUNAPS Comunitário* [São Carlos: EESC-USP (diss. mestrado), 1995]; na Revista Pólis, n. 20, 1994, *Moradia e cidadania: um debate em movimento* (organização de Ana Amélia da Silva); de Caio Santo Amore, *Lupa e telescópio: o mutirão em foco – São Paulo, anos 90 e atualidade* [São Paulo: FAUUSP (diss. mestrado), 2004].

⁷ Ver, de Diego Beja Ingles de Souza: *Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-64)* [São Paulo: FAUUSP (diss. mestrado), 2009]

⁸ Carlos Nelson Ferreira dos Santos, "Como projetar de baixo para cima: uma experiência em favela", In *Revista de Administração Municipal*, n. 156, ano 26, Rio de Janeiro, IBAM, 1980, p.7-27

⁹ “Ou seja, o profissional fará um projeto de arquitetura adequado àquela família e às suas especificidades e a partir das condições existentes de moradia. Desta maneira as famílias de baixa renda poderão ter acesso ao trabalho do profissional de arquitetura, até hoje um privilégio das classes médias e altas.” Conforme *Manual para implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita para Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social*, IAB-RS, 2010.

particularmente no estado do Rio Grande do Sul, e de parlamentares de nível federal que tinham nessas entidades suas bases de apoio – é possível inferir o motivo pelo qual o termo assistência técnica prevaleceu no nosso aparato legislativo. Contudo, tanto a origem comum, quanto o próprio conteúdo da lei federal, que admite e privilegia em seus artigos o regime de mutirão¹⁰, a participação de cooperativas, associações de moradores e organizações representantes das famílias¹¹ e a prestação do serviço por Organizações Não Governamentais (ONGs)¹², não por acaso, exatamente da forma como o programa se estruturou em São Paulo, fazem da tal polêmica semântica uma falsa questão, ou pelo menos uma questão menor. Sim, é fundamental que as políticas públicas estimulem a organização popular, a autonomia e o protagonismo dos movimentos sociais. Mas é também necessário reconhecer que a massa de trabalhadores de baixa renda, não organizada em movimentos e associações, e que vive em condições precárias deve ser “assistida” pelos serviços dos arquitetos e urbanistas, pela dimensão pública da profissão e de forma direta e específica na qualificação de seus espaços de moradia.

E se o dicionário nos ajuda nas definições mais elementares, se nos informa sobre o senso comum, voltemos a ele para notar que assistência e assessoria podem também ser tomados como sinônimos. Neste artigo, sem negligenciar as especificidades de cada termo e assumindo a legislação federal, quando se fala em assistência, inclui-se a dimensão da assessoria. Mais que isso, a despeito de se tratar de uma luta que envolveu as entidades das categorias profissionais da arquitetura e engenharia, a temática do habitat, como parte do direito fundamental à moradia digna e à cidade, está muito distante de ser solucionada pela ação isolada de uma profissão. Há que se destacar que outras categorias também empreendem suas lutas para reconhecimento dessas áreas campos de ação profissional.

O “trabalhador social” se constitui como uma categoria ampla que envolve assistentes sociais, sociólogos, antropólogos, psicólogos e outros profissionais da área de humanas, que também vêm atuando nesse campo do direito à cidade e a moradia. Advogados “populares” e profissionais que estudam e atuam com “direito urbanístico” – uma disciplina que é ausente (ou, quando muito opcional) na imensa maioria dos cursos superiores de direito – também procuram se diferenciar no campo do direito como profissionais que atuam junto a movimentos sociais¹³. Cada profissão mantém sua luta particular para influenciar na formação acadêmica, para se consolidar como um campo de trabalho com ações correspondentes na política pública. Habitação e cidade, enfim, são temáticas que devem ser observadas na sua complexidade e envolvem necessariamente ações integradas e interdisciplinares.

formação, interdisciplinaridade e o “mercado” popular

“O arquiteto e urbanista tem um pensamento sistêmico, holístico” – em comparação, por exemplo, com pensamento analítico dos engenheiros; “a formação do arquiteto e urbanista é generalista” – em comparação às especializações que têm prevalecido na educação superior; “o arquiteto e urbanista tem a capacidade e deve assumir a atribuição

¹⁰ Item I do Parágrafo 2º do artigo 3º da lei 11.888/2008

¹¹ Parágrafo 1º do artigo 3º da lei 11.888/2008

¹² Item II do artigo 4º da lei 11.888/2008

¹³ Chamamos a atenção para a RENAP – Rede Nacional de Advogados Populares e IBDU – Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico.

de coordenar, reger como um maestro, processos complexos de intervenção que envolvem um time amplo de profissionais e de especialidades”. Possivelmente o leitor já deve ter ouvido (e, se for arquiteto de formação, quiçá reproduzido) afirmações como essas. Se há alguma verdade nessas assertivas, principalmente quando se pensa em “projetos complexos”, quando se pensa em grandes intervenções, é também necessário reconhecer os limites da formação, com humildade e sabedoria.

“No campo, o arquiteto ‘vira’ engenheiro”, dizia o arquiteto Luiz Fingermmman em depoimento publicado em 1983¹⁴, constatando uma situação ainda hoje muito presente. É evidente que a engenharia tem tradição secular e prestígio social (como ainda têm os advogados e os médicos), que a formação em arquitetura em São Paulo se originou nos cursos de engenharia, que até muito pouco tempo o Conselho que regulamentava ambas profissões era o mesmo e que os arquitetos acabavam submetidos à gestão dos engenheiros que sempre presidiram o órgão. A despeito de se reconhecer essas dimensões da “desvalorização” da profissão do arquiteto, ser chamado de “engenheiro” demonstra também um afastamento desses profissionais da produção – dos edifícios ou da cidade.

“o conhecimento específico do profissional é algo insubstituível. Não se pode ignorar isso. Agora, também não existe aquela atitude de ‘tal coisa eu não faço porque eu sou arquiteto’. Para as pessoas você não é um diploma (...) você é uma pessoa integral que pode ter habilidade para fazer um monte de coisas” (Maricato, 1983)

“O arquiteto deve ser útil”¹⁵, ter habilidade para dar respostas a problemas complexos – da produção do espaço urbano, do desenho das políticas públicas, da composição ou da gestão de equipes de grandes projetos e obras que têm influência sobre milhares de pessoas – mas também deve lidar com problemas (aparentemente) simples, terrestres – um arranjo adequado dos ambientes, um banheiro bem organizado, uma infiltração, uma trinca, uma abertura de janela que melhore condições de segurança ou salubridade de uma família. Mas essa é uma habilidade adquirida na formação acadêmica?

Na sua formação como arquiteto e urbanista no Brasil, é provável que o estudante tenha passado pela temática da habitação social, reproduzindo uma preocupação do movimento moderno na arquitetura da primeira metade do século XX. A abordagem, contudo, é ainda predominantemente voltada à provisão, ao desenho de conjuntos habitacionais sobre uma terra nua, ou, mais recentemente, intervenções em lotes vagos em contextos urbanos mais complexos. As dinâmicas do ensino, onde predominam as atividades de “sala de aula”, uma relação de mestre e aprendiz com os professores, afastam o estudante de arquitetura de problemas reais e de pessoas reais, com seus desejos, necessidades e vontades¹⁶. Os programas de grandes equipamentos – Hospitais, Centros Culturais, Centros Cívicos, Centros Esportivos, Museus, Galerias de Arte, Escolas (não raro de Arquitetura) – ainda prevalecem como objetos pedagógicos das disciplinas de projeto, em

¹⁴ “Formação e prática profissional do arquiteto: três experiências em participação comunitária”. In *Espaço e Debates*, n.8, 1983, p. 91.

¹⁵ Essa observação foi feita por Ermínia Maricato, numa sessão que tratou do tema da assistência técnica realizada no Encontro da ANPUR (Associação Nacional de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional) em 2009, alguns meses depois da aprovação da lei federal 11.888 e contou com a presença do deputado federal Zezéu Ribeiro, com o então presidente da FNA, Angelo Arruda, além das professoras Maria Lucia Refinetti da FAUUSP, Angela Gordilho da UFBA.

¹⁶ Ver o artigo de João Rovati para o 3º CIHEL (Congresso Internacional de Habitação no Espaço Lusófono) de 2015, intitulado *Cidade e moradia: os erros deles e os nossos*.

geral, sob o argumento de que a complexidade de arranjos espaciais presentes nesses programas (pré-definidos) levariam a uma formação mais completa do arquiteto e urbanista. Se o argumento é plausível, é também necessário reconhecer que essa prática alimenta uma visão mítica do “arquiteto autoral”, que pode fazer boa figura nas revistas, sítios eletrônicos ou programas da TV paga especializados.

Essa abordagem poderia ser complementada, então, por atividades “fora da sala de aula”, com pesquisa, mas principalmente com a extensão universitária. Esta última, contudo, parece estar sempre numa condição de inferioridade em relação aos outros dois, nos quais professores e estudantes estruturam suas carreiras e para os quais são, inclusive, mais claras as linhas de fomento e financiamento.

A definição de extensão universitária presente no PNEU (Política Nacional de Extensão Universitária) elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras é bem clara:

Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a **interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade**¹⁷. (Foproext, 2010, grifos nossos)

Ou seja, trata-se de um viés da formação que preconiza a aproximação do estudante da realidade e como forma de prestação de serviço à comunidade, visando ao enfrentamento dos problemas da sociedade. Entretanto, as interfaces presentes na tríade ensino-pesquisa-extensão ainda são muito incipientes, prevalecendo iniciativas restritas e encaixotadas por departamentos, coordenações, comissões e pró-reitorias.

Desde meados dos anos de 1990, menos de uma década depois da retomada das organizações estudantis com o fim do regime militar, a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura (FENEA) tem procurado estimular a extensão universitária como parte da formação do arquiteto e urbanista. Os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs) são definidos como iniciativas autônomas dos estudantes, onde se deve estabelecer um processo de troca de saberes e apoio às comunidades e populações em situação de vulnerabilidade. O POEMA (Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo) teve uma primeira versão divulgada em 1995 e vem sendo atualizado desde então, enriquecido pelas discussões realizadas nos Seminários Nacionais dos Escritórios Modelo, que tem periodicidade anual, chamados SENEMAUs¹⁸.

Ainda assim, as experiências que ocorrem nos cursos de arquitetura têm em geral caráter esporádico e efêmero, perdem-se muitas vezes em iniciativas de um restrito grupo de professores (que, nos cursos privados, frequentemente mudam de emprego, desistem da carreira docente ou são demitidos) ou de alunos (que concluem o curso, afastam-se para intercâmbios ou mudam de interesses). São pessoas que podem ser consideradas como uma “elite”, aquela turma com “preocupações sociais” (numa espécie de rótulo pejorativo que recebem). A tal “via de mão dupla” que transformaria o ensino e a pesquisa são ainda mais remotas. Quem poderia imaginar uma disciplina semestral lidando com a reforma de um “barraco” de favela, com o enfrentamento de problemas de habitabilidade específicos

¹⁷ FOPROEXT. *Política Nacional de Extensão Universitária*, 2012. Disponível em <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>

¹⁸ FENEA. *POEMA – Projeto de Orientação a Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo*, 2006. Disponível em <http://www.fenea.org/poema>

de uma unidade ou de uma família? A população mais vulnerável, as periferias, a habitação social, a cidade “informal” aparecem nas ementas e conteúdos das disciplinas regulares, mas dificilmente aparecem na “sala de aula” como temas diretos de exercícios de projeto.

É importante considerar ainda que no estado de São Paulo, por exemplo, dos 127 cursos de arquitetura e urbanismo com funcionamento autorizado pelo Ministério da Educação (segundo dados maio de 2016), pouco menos de 100 estão em pleno funcionamento e formam cerca de 5.500 profissionais por ano. Entre essas Instituições de Ensino Superior, apenas 8 são públicas – sendo 5 de universidades estaduais, 1 federal e mais 2 autarquias municipais, que mantêm cobrança de mensalidades¹⁹. Ou seja, são estudantes que têm e tiveram que lidar com uma carga horária restrita (usualmente no limite mínimo das 3.600 horas para ser reconhecido e aprovado pelo Ministério da Educação), com cursos noturnos e com dificuldades de permanência de toda ordem, que afastam as possibilidades de participação em projetos de extensão universitária.

As limitações da formação respondem ainda à necessidade de se reconhecer que o “problema da moradia” é multidimensional e que o seu enfrentamento deve envolver uma multiplicidade de visões e áreas do conhecimento, como se viu acima. A interdisciplinaridade é condição preliminar para que se possa escutar, reconhecer e compreender necessidades das famílias e dos moradores (dentre as quais as necessidades habitacionais), compatibilizá-las a condições de financiamento, às políticas e programas públicos de produção, urbanização e melhorias da moradia e do assentamento, a instrumentos jurídicos de regularização e garantia de segurança da posse fundiária, a condições objetivas de produção (materiais e técnicas). É ainda necessário saber como conversar, apresentar e construir a resposta mais adequada para um problema complexo... Não se trata de incorporar ao trabalho do arquiteto e urbanista (dito holístico ou generalista) as “contribuições” de técnicos sociais (sociólogos, psicólogos, assistentes sociais...), advogados, economistas, engenheiros das mais diversas especialidades, “dividindo” assim as atribuições. É preciso que cada profissional possa ver, do ângulo de sua formação acadêmica e de vida, a complexidade do problema real, para lidar com pessoas reais.

Há quem diga que tratar o tema nessa chave da interdisciplinaridade caracterizaria a assessoria, diferenciando-a da assistência técnica. Ao contrário, a ideia defendida aqui é justamente a de que nenhum profissional tem a capacidade e a habilidade para, sozinho, dar resposta às necessidades das famílias mais pobres, pelo simples fato de ter sido habilitado por um curso superior e ter a regulamentação estabelecida por um órgão de classe. Mesmo que se esteja tratando de casos isolados, na linha uma família – um profissional – um projeto – uma obra, ao lidar com o problema individual de precariedade e necessidade da moradia das famílias mais pobres, lida-se, necessariamente com a dimensão pública da habitação.

Os gráficos abaixo, produzidos para a situação brasileira e do estado de São Paulo com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, mostram que a brutal diferença de renda domiciliar nos coloca, a toda a sociedade, uma tarefa importante. À diferença de rendimentos associam-se necessidades urbanas e habitacionais e, sobre essas, arquitetos e urbanistas – sempre em interação com outros

¹⁹ Dados da Diretoria de Ensino do CAU-SP, atualizados para maio de 2016, disponíveis em http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Situacao-cadastramento_publicacao.pdf, acesso em junho de 2016.

“especialistas” – podem e precisam voltar sua atenção, desde os primórdios da formação até a prática profissional. Dito de outra forma, o “mercado de trabalho”²⁰ está evidentemente concentrado nas faixas de menor renda, mesmo num estado rico como o de São Paulo.

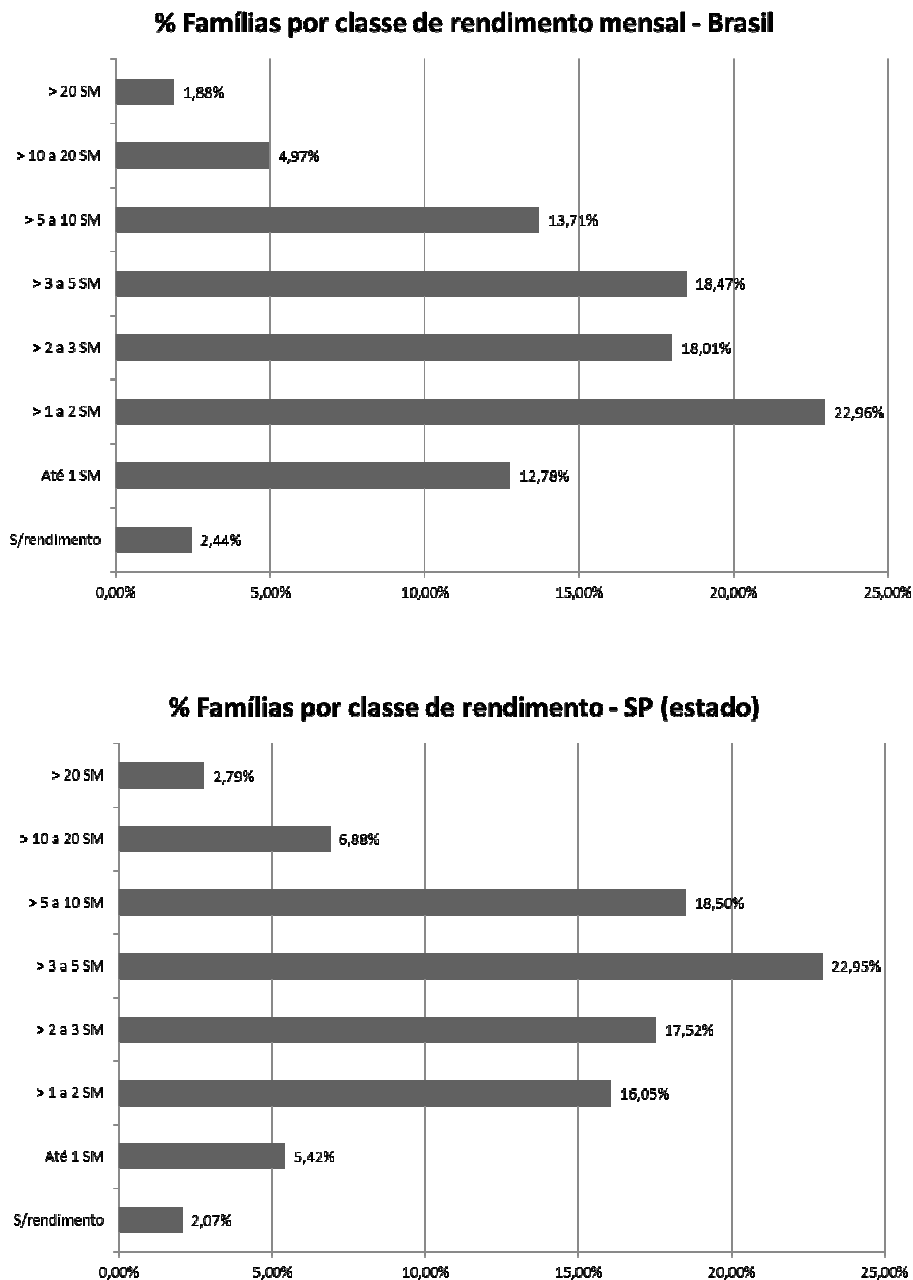


Fig 2. Elaboração própria com base nos dados do IBGE, PNAD (2013) Banco Sidra , Tabela 1940

As conquistas legislativas e institucionais dos últimos anos, sem dúvida, colocaram a profissão do arquiteto e urbanista em um novo patamar (por exemplo, com a criação do

²⁰ As aspas caracterizam uma pergunta muito frequente de estudantes que manifestam preocupações com o tema, mas que veem poucas perspectivas de que lidar com assentamentos precários e habitação de interesse social possa ser uma opção viável de trabalho depois de formado.

CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo em 2012) e instituíram o direito das famílias de baixa renda aos serviços desses profissionais (por exemplo, com as leis federais do Estatuto da Cidade e da Assistência Técnica). São conquistas que tendem a aproximar a profissão das demandas sociais e ampliar o campo de trabalho ao contabilizar as milhões de famílias que precisam construir ou melhorar suas moradias como “clientes em potencial”. Contudo, é urgente que a categoria reconheça as severas limitações da formação para lidar com os problemas reais, com pessoas reais e com os aspectos produtivos do edifício e da cidade. Primeiro, porque a própria noção de “clientela” está carregada de um sentido de prestação de um serviço privado, em contraponto com a noção de arquitetura pública. Além disso, as limitações devem implicar em mudanças estruturais no ensino, na perspectiva de atuação profissional, com consequências que se façam sentir nas políticas públicas de habitação. A ampliação do mercado de trabalho para os arquitetos e urbanistas é, afinal, consequência de uma política habitacional inclusiva e abrangente, não o seu contrário. Ou seja, a política habitacional não pode ter como fim a política de uma categoria profissional.

considerações sobre política habitacional recente: escala e celeridade *versus* arquitetura, usuário e comunidade

As conquistas legislativas que prevaleceram no campo da Assistência Técnica durante a década de 2000, em detrimento da efetividade da prestação do serviço ou mesmo de uma interferência mais efetiva na formação dos estudantes de arquitetura, refletem de algum modo a realidade atual das políticas urbanas e habitacionais.

O capítulo “Da política urbana” e a “função social da propriedade” – presentes na Constituição Federal –, o Estatuto da Cidade, o Ministério das Cidades, seu Conselho Nacional e processos de conferências em todos os níveis federativos; os Planos Diretores Participativos, os Planos Locais de Habitação de Interesse Social, conselhos, audiências públicas nos municípios e estados; a própria lei federal de assistência técnica... são processos que estão entre nós desde os anos de 1990, de modo mais intensivo a partir da década de 2000, mas que parecem guardar uma lógica própria, já que as desigualdades nas cidades não lograram ser enfrentadas do modo como esses processos e leis previam.

É certo que as políticas urbana e habitacional voltaram à agenda nacional nos últimos doze anos: mobilizaram interesses, recursos, lideranças políticas e comunitárias... Nesse período, o governo federal se propôs a enfrentar as inadequações e precariedades (carência de infraestrutura, inadequação fundiária, ausência de banheiros, cobertura inadequada)²¹ por meio da política de urbanização de assentamentos precários e de regularização fundiária, que contou com recursos do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) e mudou paradigmas, mudou o porte das intervenções e se “federalizou”, obrigando municípios (particularmente os metropolitanos) a se adequarem a esses paradigmas.

Por outro lado, o “déficit”, a necessidade de construir novas habitações – composto pelos domicílios precários, pela coabitação involuntária, pelo adensamento excessivo em

²¹ O déficit e a inadequação habitacional são definidos e medidos pela Fundação João Pinheiro com base nos dados do Censo do IBGE desde 1996.

domicílios alugados e pelo ônus excessivo com o aluguel²² – vem sendo enfrentado por meio da construção em massa de habitações por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que chegou a níveis de subsídio habitacional e regras para inclusão das famílias de menor renda, que o progressista mais otimista dificilmente teria imaginado. Urbanização e produção habitacional têm afinal impacto direto e concreto sobre a produção de cidades: muda paisagens, movimenta a população, transforma vidas...prevalecendo o programa de produção de unidades novas.

Arquitetos e urbanistas, academia e entidades profissionais, costumam se manifestar e cobrar qualidade de projeto, de desenho urbano, de implantação, de localização, de participação dos usuários... Mas, estaria a categoria realmente alijada desses processos? Estiveram os arquitetos e urbanistas ausentes dos projetos e das obras que já produziram cerca de 2 milhões de habitações, que urbanizaram centenas de favelas, atendendo a outros milhares de famílias? Construtoras e escritórios de projeto não contaram com arquitetos e urbanistas em seu quadro técnico? Prefeituras e órgãos públicos não licenciaram os projetos? É evidente que arquitetos e urbanistas participaram e ajudaram a viabilizar essa produção em escala que foi e vem sendo tão criticada. Mas por que a escala não pôde ser associada à qualidade urbanística, arquitetônica, construtiva?

São os arranjos produtivos e a lógica eminentemente privada de produção as condições que subjugam os profissionais a soluções padronizadas, sem a participação dos usuários, sem criatividade, mal localizadas, mal construídas. Há, obviamente, exceções que devem ser sempre saudadas e reconhecidas, mas é importante chamar a atenção aqui para a lógica que está presente nessa produção.

A “empreitada global” tornou-se o caminho institucional para a viabilização das obras. Poderes públicos locais oferecem terrenos que via de regra não são dotados de cidade; realizam “chamamentos” e selecionam empresas de construção para implantar ali os empreendimentos e, com a obra pronta, entregam as unidades habitacionais a famílias selecionadas em listas que atendem a critérios nacionais e locais ou priorizadas em virtude de deslocamentos motivados por risco ou obras de desenvolvimento urbano. Nas faixas de produção voltadas a rendas mais altas, é a empresa de construção a responsável por viabilizar todo o negócio: faz “opções de compra” com proprietários de terra e apresenta aos órgãos de financiamento o empreendimento fechado. Os beneficiários, então, acessam esse “produto” contando com subsídios que se apresentam como descontos ou taxas de juros mais baixas quanto menor for a renda da família.

Há ainda a modalidade “Entidades”, que é a forma contemporânea de operação herdeira de uma longa tradição da produção habitacional autogestionária que ocorreu em São Paulo e em alguns municípios brasileiros e sucedânea do primeiro programa habitacional a juros zero (o Programa Crédito Solidário). Nessa modalidade, prevê-se a participação dos futuros moradores por meio das associações que os representam e por meio de comissões, que assumem a responsabilidade pelas viabilização, gestão e obras do empreendimento.

Em todos os casos – incluindo o “Entidades” – terra, infraestrutura e construção fazem parte de um mesmo pacote, definido por limites máximos de custo da unidade que variam

²² A inclusão do ônus com o aluguel no cálculo do déficit é polêmica. Esse é o componente que contribui mais para os dados quantitativos e, na verdade, espelha uma incompatibilidade entre renda familiar e custo do aluguel. Deve-se destacar que, eventualmente, as próprias intervenções de requalificação urbana de determinados locais da cidade acabam provocando o aumento do déficit nesse componente, com efeito no aumento dos custos de aluguel, mesmo em bairros da periferia ou internamente a assentamentos precários.

muito pouco, apenas de acordo com uma classificação genérica do município onde o empreendimento será implantado, sem qualquer distinção para municípios polo de regiões metropolitana ou mesmo para diferentes localizações intraurbanas. Com esses recursos deve-se “fechar a conta” do empreendimento, atendendo a “especificações mínimas” definidas nacionalmente. Terreno barato e distante e produção padronizada e em escala se combinam de maneira perversa nessa operação, com pouca margem de manobra. O projeto, também incluído nesse mesmo pacote, perde seu papel de responder às especificidades, ser o momento de concepção de soluções, antecipação de possíveis problemas no uso, um processo complexo para a tomada de decisões que articula necessidades e desejos do usuário, recursos financeiros, processos construtivos, condições do terreno e do entorno. Não apenas a solução para “o problema” é a produção, como a própria forma de se solucionar está pré-determinada.

Os casos excepcionais aparecem em uma pequena parte da produção da modalidade “Entidades”, que já é excepcional por si, pois até 2014 representava menos de 2% de toda a produção do programa no país. São raríssimos os casos em que a Entidade conta com apoio técnico qualificado e com autonomia para tomar decisões que não sejam exclusivamente relacionadas à produção²³. “É indústria!” “As soluções devem ter escala e celeridade!” São os mantras que orientam a produção e se prestam a minimizar as decisões e eliminar impresbilidades da obra, aumentar a produtividade, explorar ao limite da força de trabalho. É nessa chave que o projeto opera²⁴.

A quantidade de habitações novas e de intervenções de urbanização e regularização, contudo, é ainda incapaz de fazer frente à produção informal. É difícil estimar essa produção, dispersa, pulverizada, que adensa as favelas em áreas metropolitanas, espraia cidades médias (junto com a produção formal), produz coabitação, reproduz precariedades e inadequações na escala da unidade habitacional.

Como exercício simplificado de aproximação, pode-se observar os dados do Censo que revelam um incremento anual na quantidade de domicílios da ordem de 1,3 milhões, desde 1996. Entre os anos de 2000 e 2010 esse número é de 1,25 milhões, sendo que 1,18 milhões cresceram nas áreas urbanas. Pois bem: se o Programa Minha Casa Minha Vida, instituído em 2009, produziu até 2014 (em cinco anos e meio) aproximadamente 2,0 milhões de novos domicílios, apesar de ter contratado cerca de 3,0 milhões, segundo dados oficiais, conclui-se que “o maior programa habitacional da história desse país” provavelmente não representou sequer 30% de todos os domicílios novos que se formaram. São dados muito estimativos e há que se ter em mente ainda que o PMCMV, em muitos casos, serviu a processos de remoção ou de urbanização de assentamentos precários, que substituíram um domicílio por outro²⁵.

²³ Ver alguns trabalhos que resultaram da pesquisa sobre a modalidade Entidades, desenvolvida por equipe formada por pesquisadores da assessoria Peabiru e do IAU-USP: RIZEK; SANTO AMORE; CAMARGO; et.al (2015) “Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções urbanas e o PMCMV-Entidades: incursões etnográficas”; RIZEK; SANTO AMORE; CAMARGO (2015) “Política habitacional e políticas sociais: urgências, direitos e negócios”; CAMARGO (2016) *Minha casa minha vida entidades: entre os direitos, as urgências e os negócios*.

²⁴ Ver, de José Eduardo Baravelli, *Tecnologia e trabalho no MCMV* [São Paulo: FAUUSP (tese de doutorado), 2014].

²⁵ Crescimento anual de domicílios de 1991 a 1996 foi de pouco menos de 1,4 milhões; de 1996 a 2000, os números ficam entorno de 1,3 milhões; entre 2000 e 2010, estão na casa do 1,25 milhões (IBGE, Censo

As quantificações mais utilizadas para justificar a produção e o “enfrentamento do déficit”, também são suficientes para mostrar que a necessidade de intervir sobre a inadequação é maior do que a própria necessidade de “repor estoque”. O gráfico abaixo mostra de maneira patente essa realidade, ignorada pelas políticas públicas, já que a inadequação em pelo menos um componente – adensamento em domicílios próprios, domicílios sem banheiro ou com carência de infraestrutura – supera o Déficit em todas as unidades da federação, exceto em São Paulo e no Distrito Federal²⁶.

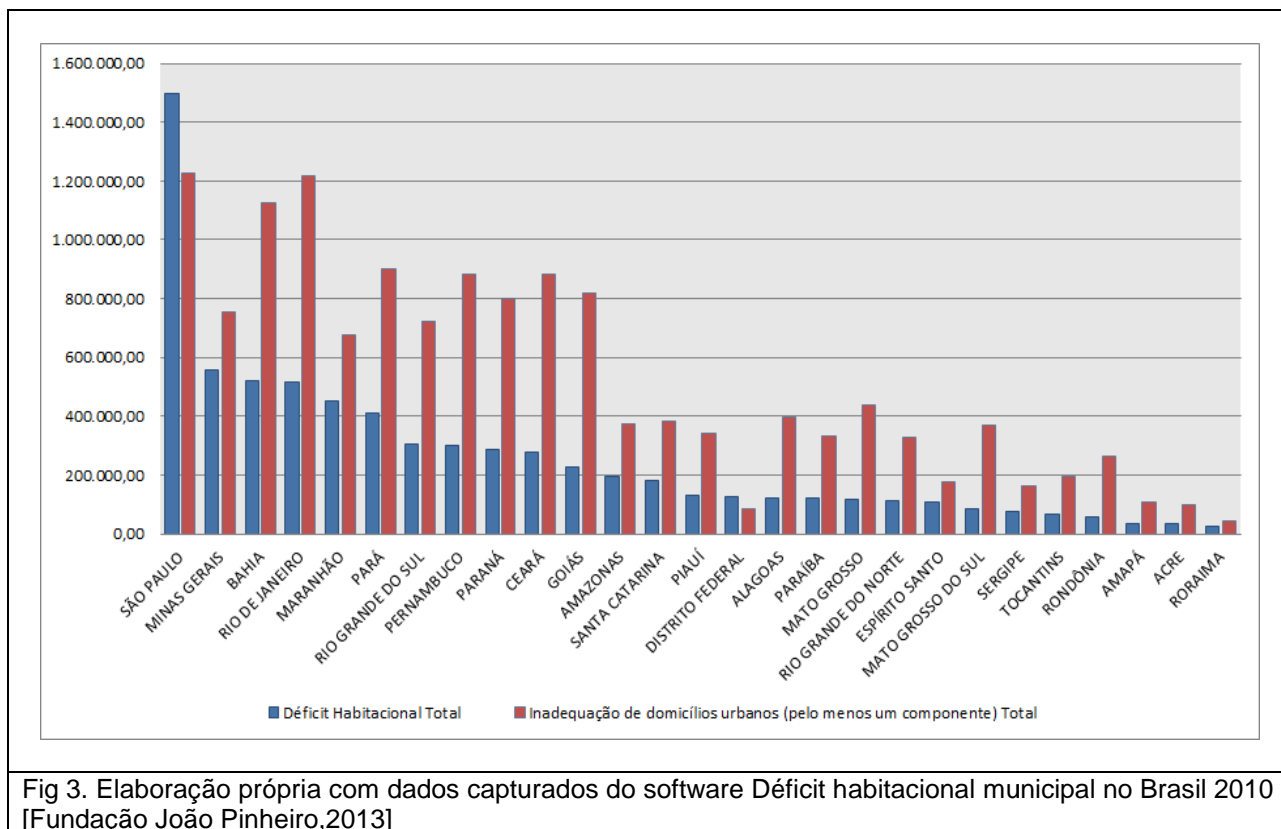


Fig 3. Elaboração própria com dados capturados do software Déficit habitacional municipal no Brasil 2010 [Fundação João Pinheiro, 2013]

Não se trata, obviamente, de ignorar o papel estrutural que a autoconstrução – a solução individual, por meio da aquisição de terrenos, casas, lajes, do autofinanciamento e da construção em etapas que podem durar gerações – tem no rebaixamento dos salários e do custo da reprodução do trabalho, como demonstrou o Chico de Oliveira na sua *Crítica à razão dualista*²⁷. Tampouco negligenciar o modo como o Estado brasileiro, sob orientação e recomendação das agências multilaterais, pelo menos desde o final dos anos de 1970, passaram a incorporar o discurso da “participação do usuário” para que se oferecessem “casas” incompletas, embriões reconhecidamente inadequados à composição das famílias dos trabalhadores que a ocupavam, para que fossem completadas pelos “beneficiários”. Essas políticas (e não políticas) habitacionais têm impacto direto na associação entre os setores mais modernos e mais atrasados da economia nacional. Ocorre que a exceção é regra e a vida não espera as transformações

2010, disponível no Banco Sidra, acesso em outubro de 2015). O autor agradece a indicação de dados feita pela Prof. Suzana Pasternask.

²⁶ Em artigo apresentado no I Urbfavelas, Santo Amore et al (2014) discutem esse tema das melhorias. *Entre a necessidade e a gestão: o lugar das melhorias habitacionais nas políticas de urbanização de favelas*. Disponível em <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais/ARQUIVOS/GT1-46-108-20140630235545.pdf>

²⁷ Oliveira (1976). *A economia brasileira: crítica à razão dualista*.

na estrutura da sociedade. Não se trata de abandonar as utopias, mas refletir sobre esses modos de morar como a nossa realidade, parte constitutiva da nossa sociedade. São existências em disputa: os territórios populares são parte da nossa cidade! Mais que isso, é justamente a produção “formiguinha”, grande parte autoconstruída, com manutenção de precariedades, que ainda responde à “escala e a celeridade”.

Academia, políticas públicas, opinião pública insistem em não reconhecer esse universo e a pesquisa recente do DataFolha, contratada pelo CAU/BR (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) confirma esse distanciamento.

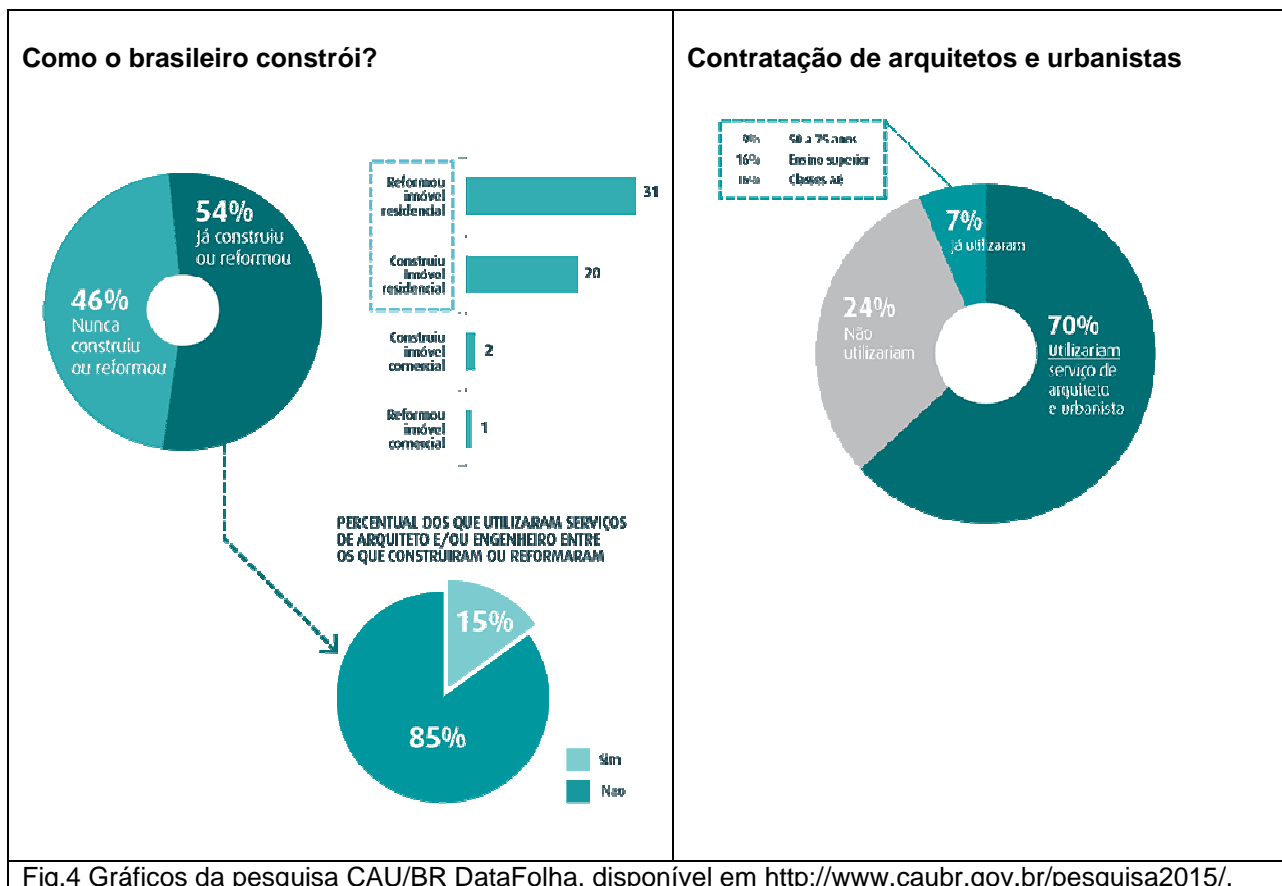


Fig.4 Gráficos da pesquisa CAU/BR DataFolha, disponível em <http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>.

Movimentos de luta por moradia, por sua vez, orientando-se pelos programas que são mandatórios, se organizam para “produzir”, para organizar suas demandas, estabelecer uma base que se adeque aos parâmetros de renda pré-definidos. Continuam operando num campo da “produção de unidades novas em terra nua”, mobilizando famílias que estejam dispostas a “participar”, a se submeter a regras, numa “obrigação de participação” que é tomada como meio para a conquista da casa própria. “Os não organizados que se organizem!” – ouve-se, e seria desejável imaginar uma organização ampla dos trabalhadores dispostos a produzir com qualidade os seus próprios espaços de moradia. Contudo, é fundamental reconhecer que essa produção dispersa é também organizada e que não é plausível imaginar, mesmo no campo da utopia, que a maior parte de nossas cidades deveriam ser substituídas por conjuntos habitacionais. Afinal, as ações de grande parte dos movimentos de luta por moradia perderam os vieses de regularização, urbanização e melhorias urbanas e habitacionais, afastaram-se das necessidades reais.

Se profissionais da arquitetura e da engenharia (e também do direito, do trabalho social) estão de alguma forma participando daquela produção massificada, mas subjugados à lógica produtiva, a aproximação às “demandas sociais”, aos desejos, necessidades e vontades individuais e coletivas dos futuros usuários das habitações de interesse social passa a ser a condição que permitiria diferenciar as ações de assistência (ou assessoria técnica) da participação da categoria na produção habitacional “para” os pobres, nessa escala que tem mudado a paisagem das nossas cidades nos últimos anos.

O arquiteto e urbanista assistente (ou assessor) técnico trabalha para as famílias de baixa renda, mas conhece o futuro usuário “pelo nome”²⁸, ousou perguntar e ouvir as respostas “da boca” do usuário (individual ou coletivamente), propôs-se a questionar-se sobre qual deve ser a solução arquitetônica e urbanística para aquele problema específico, para aquele grupo específico, para aquela família específica. Não basta que esteja desenvolvendo projetos de conjuntos habitacionais ou de urbanizações de assentamentos precários e prestando contas a construtoras, gerenciadoras e grandes escritórios de projeto, ou mesmo que estejam exercendo um papel de aprovadores e licenciadores de projetos e obras nas prefeituras e órgãos públicos. Na interpretação do caráter que diferencia os profissionais assistentes/assessores técnicos aqui preconizada, é esse o conceito sobre o qual se assenta a legislação federal e todo o histórico dos profissionais que vêm atuando nesse campo.

Mas qual é o tamanho desse campo de trabalho? É possível sobreviver como arquiteto e urbanista (ou como profissional com formação universitária) trabalhando para os pobres e com os pobres? Como chegar a essas pessoas que precisam de habitação? Qual é a real necessidade deles? São perguntas frequentes dos estudantes e de profissionais que são, em algum momento da vida (acadêmica, inclusive) tocados pelas “preocupações sociais”.

os campos da assistência técnica

“O segmento residencial de baixa renda é um campo de atuação que *pouco a pouco* começa a se expandir (...) é uma *tendência*, não só no Brasil, mas no mundo, um caminho para *novos profissionais*”²⁹. O trecho acima foi extraído de a abertura de um artigo publicado esse ano em uma das revistas especializadas de arquitetura e urbanismo com maior circulação no país (os grifos são nossos). Retrata, portanto, a “opinião pública” sobre a profissão e sobre esse campo de atuação, que se expande “pouco a pouco”. É evidente que não é do “campo” que a reportagem trata, mas da aproximação do profissional da arquitetura e urbanismo desse campo, já que como campo, a expansão definitivamente não é de hoje.

O quadro geral da formação do arquiteto e urbanista e a própria estrutura da política habitacional apresentados anteriormente ajudam a explicar esse distanciamento. A profissão é tradicionalmente voltada à elite, o que faz com que as expectativas da maior parte dos estudantes e profissionais se voltem ao topo da pirâmide social, às famílias que

²⁸ Obviamente, trata-se de uma figura de linguagem (uma hipérbole) para os casos de assistência ou assessoria a grupos de famílias, organizadas em movimentos populares ou moradores de um mesmo assentamento precário. O que se pretende destacar é a proximidade que deve haver entre o profissional arquiteto e urbanista (como parte de uma equipe complexa e multidisciplinar, conforme se apontou acima) e as necessidades particulares das famílias ou grupos.

²⁹ Ferreira Duarte. “Como trabalhar com projeto de baixa renda?”. *Revista AU*, ano 31, n. 266, maio 2016

têm condições de contratar o seu arquiteto, que podem encomendar um projeto personalizado (esse, sim, o verdadeiro “projeto participativo”). A maior parte da “demanda”, da população que tem necessidades habitacionais e que, portanto, requer o profissional formado para encontrar soluções para essas necessidades, está na base dessa pirâmide, nas faixas de renda entre 1 e 3 salários mínimos. O trabalho para população de baixa renda não aparece publicamente exatamente como um trabalho... É quase uma “boa ação”, já que é o trabalho “autoral” ainda é a referência de sucesso profissional. É preciso, enfim, construir e disputar o trabalho voltado a esse público, não como apenas como um “mercado viável”, mas como parte estruturante da formação e atuação do profissional.

Resistência e apoio técnico aos movimentos de luta

A origem da assistência técnica pode ser imputada à atuação dos arquitetos (e outros profissionais) junto aos movimentos urbanos de luta no processo de redemocratização do país, num contexto em que a luta era inclusive “contra” o Estado autoritário. A construção das políticas públicas voltadas à população mais pobre, que incorporavam a participação popular e que procuravam lidar com a cidade real, com as melhorias e reconhecimento dos assentamentos populares, surgiram dessa ação. Tratou-se de uma ação autônoma, que precedeu as políticas que temos atualmente.

O momento de “fim de ciclo”³⁰ na luta pela Reforma Urbana requer reflexões e revisões das políticas urbanas que construímos nos últimos vinte ou trinta anos. Muitos grupos de moradores já não se sentem representados nos tradicionais movimentos de moradia que ajudaram a construir as políticas habitacionais e urbanas. E são esses grupos que fazem a cidade. O “planejamento conflitual”³¹, que surge de experiências concretas de resistência – contra a ação do Estado ou do mercado, contra processos de remoção forçada, contra projetos de desenvolvimento – vem se tornando um campo de reflexão e trabalho fundamental para a construção de novas propostas, novos atores, novas políticas e novos arranjos institucionais que sejam capazes de ouvir e considerar as populações que não são reconhecidas como pessoas de direito.

Planos Populares, apoio a ocupações, elaboração de projetos, análise de documentos, participação em negociações... são algumas das ações urgentes e necessárias para que se retome o diálogo real com os agentes públicos e privados, em um momento em que as audiências, conselhos e demais espaços públicos de negociação são esvaziados de sentido, já não respondem às necessidades. São necessárias ações que instaurem o “dissenso” como possibilidade de construção política.

Produção autogestionária

A Assistência Técnica a movimentos de moradia voltados a produção habitacional em autogestão é possivelmente o campo de trabalho mais estruturado atualmente. Vem da longa tradição dos mutirões e ganhou a esfera nacional, com recursos, programas, normativas... É parte de uma construção, que surgiu quando não havia possibilidade de que associações tomassem recursos públicos para construir autonomamente suas moradias.

³⁰ Nos termos de Ermínia Maricato (2013). *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes

³¹ Carlos Vainer et al (2016) “O Plano Popular da Vila Autódromo, uma Experiência de Planejamento Conflitual”. In Oliveira, F. Sánchez, F. Tanaka, G. Monteiro, P. *Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

Entretanto, como se viu, a estrutura dos programas amarra associações e suas equipes de assistência técnica a soluções pré-determinadas. Mais do que isso, na lógica de produção de mercado, nos locais onde foram viabilizados os empreendimentos, as etapas que precedem a contratação vêm sendo sustentadas por apoios fortuitos ou diretamente pelas famílias de baixa renda. Isso não é plausível como política pública! Não é plausível que as famílias mais vulneráveis tenham que financiar os projetos de viabilização dos empreendimentos, com um nível muito alto de incertezas e riscos de não viabilização.

Os apoios estruturados de governos locais (prefeituras e estados) são urgentes para que os trabalhos de pesquisa de terrenos, concepção dos projetos, de apoio à organização das associações, levantamentos socioeconômicos, de apresentação das regras dos programas, entre outras atividades anteriores à contratação se realizem. Num contexto golpe de Estado institucionalizado que vivemos no momento de redação desse artigo, de possíveis mudanças radicais na política habitacional e na participação de associações como operadores dessa política, parece ainda mais relevante a qualificação técnica das propostas para a disputa institucional e para, quem sabe, construir alternativas aos modelos que vieram sendo cristalizados.

Melhorias habitacionais em processos de urbanização de assentamentos precários

As políticas recentes de urbanização de favelas, mesmo que possam remeter a participação dos moradores a um papel bastante instrumental em relação à autonomia que as associações têm nos programas autogestionários, também podem ser percebidas como políticas mais estruturadas: com processos, recursos, métodos... É óbvio que é sempre necessário disputar a urbanização em relação à produção (unidade nova em terra nua), que interessa mais às empresas construtoras.

Os arranjos de contratação de projetos e obras por meio de grandes gerenciadoras, a submissão dos profissionais que desenvolvem os projetos ou acompanham as obras a diretrizes gerais que praticamente eliminam o contato com a população moradora, leva esse artigo a um recorte bem específico. A reflexão pretendida aqui é que a assistência técnica, no sentido forte do termo, nos processos de urbanização de favela ocorre justamente na parte do processo que é usualmente negligenciada: as melhorias habitacionais. As melhorias, mesmo em urbanizações que implicam em altos percentuais de remoção, podem estar entre as maiores necessidades dos moradores, mas são as obras e intervenções deixadas para o último plano. Esse é o campo que permite o contato mais direto entre o arquiteto e o morador, que permite reconhecer as necessidades diretas e específicas, permite que se conheçamos pessoas pelo nome.

Com esses campos em mente, é possível retomar o papel que a arquitetura e o urbanismo tiveram na construção de um projeto de país. Não mais como aquela profissão que pode dar forma às utopias, mas que reconhece na cidade real as formas para que a maior parte da população possa viver dignamente.

referências bibliográficas

BARAVELLI, José Eduardo (2014). Tecnologia e trabalho no MCMV. São Paulo: FAUUSP (tese de doutorado).

- BONDUKI, Nabil (1992). *Habitação e autogestão: construindo territórios de utopia*. Rio de Janeiro: Fase.
- CAMARGO, Camila Moreno (2016) *Minha casa minha vida entidades: entre os direitos, as urgências e os negócios*. São Carlos: IAU-USP (tese de doutorado)
- FENEA (2006). *POEMA – Projeto de Orientação a Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo*. Disponível em <http://www.fenea.org/poema>
- FERREIRA DUARTE (2016). “Como trabalhar com projeto de baixa renda?”. *Revista AU*, ano 31, n. 266, maio.
- FINGERMAN, L., CALAZANS, J. MARICATO, E. (1983) “Formação e prática profissional do arquiteto: três experiências em participação comunitária”. In *Espaço e Debates* n.8, jan-set.
- FOPROEXT (2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Disponível em <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>
- IAB-RS (2010). *Manual para implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita para Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social*. Porto Alegre:IAB-RS.
- INGLES DE SOUZA, Diego Beja (2009) *Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-64)*. São Paulo: FAUUSP (diss. mestrado).
- MARICATO, Ermínia (2013). *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes
- OLIVEIRA, Francisco (1976). *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Brasiliense: CEBRAP.
- OLIVEIRA, Francisco (2006). “O vício da virtude”. In *Novos estudos CEBRAP*, n. 74, março.
- RIZEK, Cibele; SANTO AMORE, Caio; CAMARGO, Camila Moreno; CASTRO, Andrea Quintanilha de; PEREIRA, Rafael Borges; RODRIGUES, Daniela Perre; PEREIRA, Marina Barrio (2015) “Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções urbanas e o PMCMV-Entidades: incursões etnográficas”. In. SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (orgs). *Minha casa... e a cidade? avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- RIZEK, Cibele; SANTO AMORE, Caio; CAMARGO, Camila Moreno (2015) “Política habitacional e políticas sociais: urgências, direitos e negócios”. In Alessandri Carlos, A. F.; Volochko, Danilo; Alvarez, Isabel (orgs). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto
- RONCONI, Reginaldo (1995). *Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários com organização da força de trabalho em regime de mutirão: o programa FUNAPS Comunitário*. São Carlos: EESC-USP (diss. mestrado).
- ROVATI, João (2015). *Cidade e moradia: os erros deles e os nossos*. Anais do 3º CIHEL (Congresso Internacional de Habitação no Espaço Lusófono).
- SANTO AMORE, Caio (2004). *Lupa e telescópio: o mutirão em foco – São Paulo, anos 90 e atualidade*. São Paulo: FAUUSP (diss. mestrado).
- SANTO AMORE, Caio; PEREIRA, Rafael Borges; CASTRO, Andrea Quintanilha de; RODRIGUES, Daniela Perre RODRIGUES, Fernando Nigro (2014). *Entre a necessidade e a gestão: o lugar das melhorias habitacionais nas políticas de urbanização de favelas*. Anais do I URBFAVELAS. Disponível em <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais/ARQUIVOS/GT1-46-108-20140630235545.pdf>
- SILVA, Ana Amélia da (org) (1984). *Moradia e cidadania: um debate em movimento*. Revista Pólis n. 20.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1980). “Como projetar de baixo para cima: uma experiência em favela”, In *Revista de Administração Municipal*, n. 156, ano 26, Rio de Janeiro, IBAM, p.7-27.
- VAINER Carlos; BIENENSTEIN, Regina; TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabrício; LOBINO, Camila; SANHÉZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco. (2016) “O Plano Popular da Vila Autódromo, uma Experiência

de Planejamento Conflitual". In Oliveira, F. Sánchez, F. Tanaka, G. Monteiro, P. Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta. Rio de Janeiro: Letra Capital.